

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	84
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	92
--	----

Motivos de Reapresentação	93
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.938.606	1.789.994
1.01	Ativo Circulante	36.406	41.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.018	37.869
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.613	2.835
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.613	2.835
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.775	1.028
1.01.08.03	Outros	7.775	1.028
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.028
1.01.08.03.03	Outros Créditos	6.738	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.902.200	1.748.262
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.041	124.343
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.864	23.864
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	20.368	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16.106	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.611	8.809
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.611	8.809
1.02.02	Investimentos	1.784.619	1.615.334
1.02.02.01	Participações Societárias	1.784.619	1.615.334
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	29.419	32.535
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.636.746	1.467.475
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	118.454	115.324
1.02.03	Imobilizado	62	62
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62	62
1.02.04	Intangível	8.478	8.523
1.02.04.01	Intangíveis	8.478	8.523
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.478	8.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.938.606	1.789.994
2.01	Passivo Circulante	3.468	4.730
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	851	636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	851	636
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	851	636
2.01.02	Fornecedores	1.392	1.409
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.392	1.409
2.01.03	Obrigações Fiscais	543	1.988
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	543	1.988
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	543	1.988
2.01.05	Outras Obrigações	682	697
2.01.05.02	Outros	682	697
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424	426
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	241	257
2.01.05.02.05	Obrigações com Benefícios a Empregados	17	14
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.931
2.02.02	Outras Obrigações	0	41
2.02.02.02	Outros	0	41
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	1.927.248	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.504	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.475	19.114

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	211.315	146.767	-135.029	-126.087
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.818	-25.515	-7.209	-16.668
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	219.133	172.282	-127.820	-109.419
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	211.315	146.767	-135.029	-126.087
3.06	Resultado Financeiro	1.090	2.786	1.529	6.127
3.06.01	Receitas Financeiras	1.484	3.946	1.912	7.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-394	-1.160	-383	-1.148
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	212.405	149.553	-133.500	-119.960
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-2.501	-2.501
3.08.02	Diferido	0	0	-2.501	-2.501
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	212.405	149.553	-136.001	-122.461
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	5,19630	3,65870	-3,32720	-2,99590
3.99.01.02	PN	5,71600	4,02460	-3,65990	-3,29550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	5,19630	3,65870	-3,32720	-2,99590
3.99.02.02	PN	5,71600	4,02460	-3,65990	-3,29550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461
4.03	Resultado Abrangente do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-16.847	-14.081
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-23.519	-13.915
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	149.553	-119.960
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.146	1.146
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-172.282	109.419
6.01.01.05	Despesa com Juros e Variações Monetárias	-1.936	-4.520
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.672	-166
6.01.02.01	Contas a Receber	0	509
6.01.02.02	Outros Ativos	28	-56
6.01.02.04	Fornecedores	8.508	1.193
6.01.02.05	Salários e Encargos	215	446
6.01.02.06	Tributos a pagar	-1.264	-1.783
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-802	-484
6.01.02.10	Outros Passivos	-13	9
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.042	71.523
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	0	-16
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-14.000	-8.000
6.02.03	Partes Relacionadas	-15.300	0
6.02.04	Dividendos Recebidos	16.258	79.539
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.038	-59.005
6.03.01	Partes Relacionadas	18.040	18.146
6.03.02	Dividendos Pagos	-2	-77.151
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.851	-1.563
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.869	37.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.018	36.317

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.504	-23.589	149.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.553	0	149.553
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.951	-23.589	362
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.951	-23.589	362
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	173.504	-4.475	1.927.248

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-120.509	-1.952	-122.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-122.461	0	-122.461
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.952	-1.952	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.952	-1.952	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	-120.509	247.343	2.146.244

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.273	-710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.273	-710
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.273	-710
7.04	Retenções	-1.146	-1.146
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.146	-1.146
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.419	-1.856
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	176.228	-102.144
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	172.282	-109.419
7.06.02	Receitas Financeiras	3.946	7.275
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	168.809	-104.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	168.809	-104.000
7.08.01	Pessoal	18.946	15.700
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.946	15.700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	247	2.693
7.08.02.01	Federais	247	2.693
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63	68
7.08.03.01	Juros	14	2
7.08.03.02	Aluguéis	49	66
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	149.553	-122.461
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	149.553	-122.461

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	5.665.366	5.343.256
1.01	Ativo Circulante	1.682.103	1.312.037
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	851.500	172.740
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	16.343
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	16.343
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	16.343
1.01.03	Contas a Receber	687.415	990.364
1.01.03.01	Clientes	555.213	745.211
1.01.03.01.01	Clientes	907.038	1.219.463
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-351.825	-474.252
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	132.202	245.153
1.01.04	Estoques	12.371	14.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.083	92.093
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.083	92.093
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	51.734	25.738
1.01.08.03	Outros	51.734	25.738
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	1.037	1.037
1.01.08.03.03	Outros Créditos	50.697	24.701
1.02	Ativo Não Circulante	3.983.263	4.031.219
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.270.806	3.232.667
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	55.198	55.198
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	54.981	54.981
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	9.341	102.465
1.02.01.03.01	Clientes	6.760	100.442
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.581	2.023
1.02.01.06	Tributos Diferidos	459.211	494.175
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	459.211	494.175
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	20.368	36.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	16.106	32.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.726.688	2.544.357
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	23.527	14.060
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	131.714	139.623
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.571.447	2.390.674
1.02.02	Investimentos	181.012	168.062
1.02.02.01	Participações Societárias	181.012	168.062
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	62.558	52.738
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	118.454	115.324
1.02.03	Imobilizado	249.204	255.293
1.02.04	Intangível	282.241	375.197
1.02.04.01	Intangíveis	282.241	375.197
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	269.368	363.953
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	12.873	11.244

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	5.665.366	5.343.256
2.01	Passivo Circulante	1.248.797	1.305.698
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	122.898	115.427
2.01.01.01	Obrigações Sociais	122.898	115.427
2.01.02	Fornecedores	447.227	703.281
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	447.227	703.281
2.01.03	Obrigações Fiscais	114.675	89.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.395	44.720
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42.332	10.921
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	12.255	22.747
2.01.03.01.03	Outros	7.808	11.052
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	51.895	45.005
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	385	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.533	81.064
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	203.464	81.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	203.464	81.064
2.01.04.02	Debêntures	10.069	0
2.01.05	Outras Obrigações	171.715	185.241
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.776	14.538
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.776	14.538
2.01.05.02	Outros	161.939	170.703
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	424	426
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	72.670	122.891
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	88.845	47.386
2.01.06	Provisões	178.749	130.960
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	178.749	130.960
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	178.749	130.960
2.02	Passivo Não Circulante	2.489.321	2.260.225
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	519.094	257.046
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	220.783	257.046
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	220.783	257.046
2.02.01.02	Debêntures	298.311	0
2.02.02	Outras Obrigações	223.946	191.700
2.02.02.02	Outros	223.946	191.700
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	0	41
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	221.471	189.184
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	23.248	28.404
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.248	28.404
2.02.04	Provisões	1.723.033	1.783.075
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.678.220	1.747.511
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.522	29.525
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	72.760	44.822
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.234.808	1.356.430
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	341.130	316.734
2.02.04.02	Outras Provisões	44.813	35.564

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	44.813	35.564
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.927.248	1.777.333
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	740.203	740.203
2.03.04.01	Reserva Legal	102.489	102.489
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	637.714	637.714
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	173.504	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.475	19.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.189.349	3.556.030	1.012.300	3.123.176
3.01.01	Receita de Venda e/ou Serviços	1.113.040	3.356.724	941.691	2.908.105
3.01.02	Receita de Construção	76.309	199.306	70.609	215.071
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-989.153	-2.859.618	-898.959	-2.744.983
3.02.01	Custo de Vendas e/ou Serviços	-912.844	-2.660.312	-828.350	-2.529.912
3.02.02	Custo de Construção	-76.309	-199.306	-70.609	-215.071
3.03	Resultado Bruto	200.196	696.412	113.341	378.193
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-148.092	-521.320	-318.185	-586.914
3.04.01	Despesas com Vendas	-74.654	-181.996	-34.500	-120.321
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-67.726	-262.692	-321.120	-475.725
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.808	-94.034	33.685	-3.906
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.096	17.402	3.750	13.038
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.104	175.092	-204.844	-208.721
3.06	Resultado Financeiro	15.407	44.669	15.340	39.572
3.06.01	Receitas Financeiras	53.032	125.767	28.501	94.977
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.625	-81.098	-13.161	-55.405
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.511	219.761	-189.504	-169.149
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	144.894	-70.208	53.503	46.688
3.08.01	Corrente	-36.909	-40.334	-247	-7.279
3.08.02	Diferido	181.803	-29.874	53.750	53.967
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	212.405	149.553	-136.001	-122.461
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	212.405	149.553	-136.001	-122.461
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	5,19630	3,65870	-3,32720	-2,99590
3.99.01.02	PN	5,71600	4,02460	-3,65990	-3,29550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02.01	ON	5,19630	3,65870	-3,32720	-2,99590
3.99.02.02	PN	5,71600	4,02460	-3,65990	-3,29550

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	212.405	149.553	-136.001	-122.461
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	212.405	149.553	-136.001	-122.461

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	468.422	212.456
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	482.557	-6.994
6.01.01.01	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	219.761	-169.149
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	155.877	120.240
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	31.661	66.220
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-17.402	-13.038
6.01.01.05	Rendimentos não Realizados de Investimentos e Juros a Receber	0	-1.006
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	34.695	14.652
6.01.01.07	Constituição ou Reversão de Provisões	-21.126	0
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-8.923	-24.029
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.701	29.077
6.01.01.10	Juros Pagos	-24.005	-16.374
6.01.01.11	Contigências	61.580	-54.641
6.01.01.17	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-37.392	0
6.01.01.19	Despesa Atuarial	74.130	41.054
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.135	219.450
6.01.02.02	Contas a Receber	382.930	-1.416
6.01.02.03	Outros Ativos	-26.554	-3.982
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	7.909	11.405
6.01.02.05	Fornecedores	-256.054	29.460
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	7.471	22.545
6.01.02.07	Tributos a Pagar	-6.502	-34.923
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	-17.934	17.233
6.01.02.09	Tributos a Recuperar	3.543	-1.307
6.01.02.10	Outras Variações nos Ativos e Passivos	36.631	16.138
6.01.02.12	Estoques	2.388	3.968
6.01.02.15	Obrigações com Benefícios a Empregados	-147.963	160.329
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-189.591	-259.657
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-209.647	-261.177
6.02.05	Dividendos Recebidos	16.258	6.210
6.02.07	Aquisição de Participação Acionária	-12.545	-4.690
6.02.08	Resgate de Fundo de Investimento	16.343	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	399.929	-147.255
6.03.02	Partes Relacionadas	18.040	18.146
6.03.03	Amortização de Empréstimos	-248.107	-174.430
6.03.04	Ingressos de Empréstimos	332.052	86.180
6.03.05	Dividendos Pagos	-2	-77.151
6.03.08	Debêntures	300.000	0
6.03.19	Custo de Captação de Debêntures	-2.054	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	678.760	-194.456
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.740	428.754
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	851.500	234.298

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.504	-23.589	149.915	0	149.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.553	0	149.553	0	149.553
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	23.951	-23.589	362	0	362
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	23.951	-23.589	362	0	362
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	173.504	-4.475	1.927.248	0	1.927.248

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	1.016.779	0	249.295	2.284.090	0	2.284.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.385	0	0	-15.385	0	-15.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-120.509	-1.952	-122.461	0	-122.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-122.461	0	-122.461	0	-122.461
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.952	-1.952	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.952	-1.952	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	1.001.394	-120.509	247.343	2.146.244	0	2.146.244

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	4.913.145	4.976.767
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.727.540	4.795.456
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	199.306	215.071
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.701	-33.760
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.804.428	-2.483.205
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.319.430	-2.196.307
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-285.692	-71.827
7.02.04	Outros	-199.306	-215.071
7.02.04.01	Custos refs. à construção de Ativos Permanentes	-199.306	-215.071
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.108.717	2.493.562
7.04	Retenções	-134.751	-120.240
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-155.877	-120.240
7.04.02	Outras	21.126	0
7.04.02.01	Realização de Provisão para Perdas	21.126	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.973.966	2.373.322
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	143.169	108.015
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.402	13.038
7.06.02	Receitas Financeiras	125.767	94.977
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.117.135	2.481.337
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.117.135	2.481.337
7.08.01	Pessoal	424.699	688.537
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.453.014	1.854.296
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.869	60.965
7.08.03.01	Juros	79.952	54.259
7.08.03.02	Aluguéis	9.917	6.706
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	149.553	-122.461
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	149.553	-122.461

Comentário do Desempenho



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pelo Grupo Celesc até o terceiro trimestre de 2013 chegou a R\$247,5 milhões ante R\$252,7 milhões em 2012, sendo 2,07% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30.09.2013		30.09.2012		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	222.072	89,74	226.980	89,82	-2,16
Geração de Energia Elétrica	25.395	10,26	25.730	10,18	-1,30
Total	247.467	100	252.710	100	-2,07

2. Mercado Acionário

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o terceiro trimestre de 2013 com queda de 15,20%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) tiveram um acréscimo de 2,56% no mesmo período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou no trimestre valorização de 10,29%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE valorizou-se em 6,42%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2013 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30/09/2013	Desempenho *	
		Variação %	
		3º TRI 2013	9M 2013
Celesc PN	R\$17,80	-15,20%	-34,07%
Celesc ON	R\$40,00	2,56%	8,11%
IBOVESPA	52.338	10,29%	-14,13%
IEE	27.037	6,42%	-6,10%

Fonte: DEF/DPRI

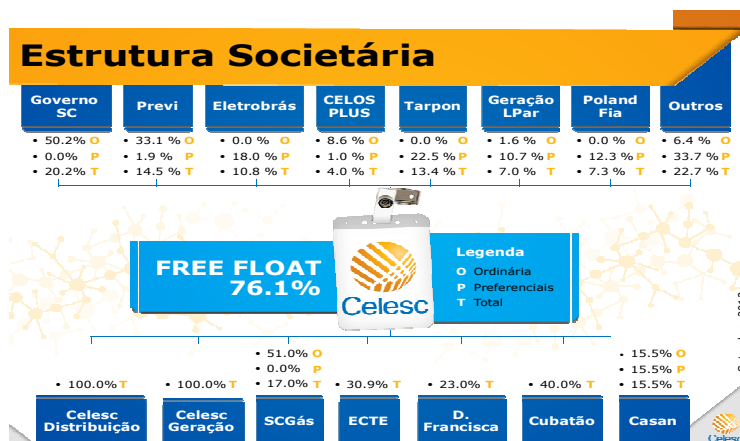
*cotações sem ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 30 de setembro de 2013, conforme quadro demonstrado acima são: R\$40,00 para cada Ação Ordinária – ON e R\$17,80 para cada Ação Preferencial – PN.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 30 de setembro de 2013 está apresentada no gráfico a seguir:

Comentário do Desempenho



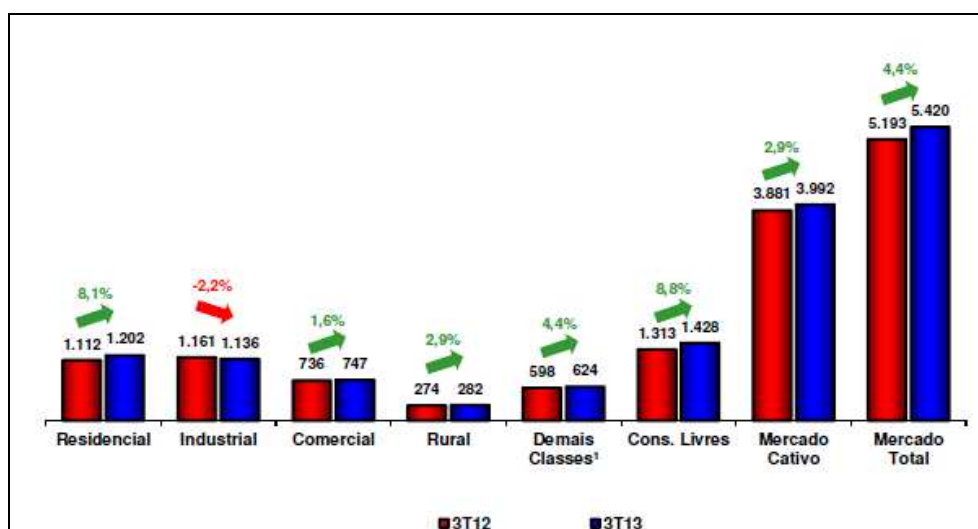
Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2013, com um quadro funcional de 2.964 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 18,48% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.636 empregados), em função da saída de funcionários no PDV.

5. Balanço Energético

No terceiro trimestre de 2013, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, teve aumento de 2,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 3.994 GWh. Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 4,4%, atingindo 5.422 GWh.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda.

Não considera consumo próprio.

Comentário do Desempenho



6. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	3 trim 2013 trim	3 trim 2012 trim	Variação Vertical		Variação Horizontal
			3 trim 2013 trim	3 trim 2012 trim	13-12 trim
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)					
Residencial	360.120	364.390	35,3%	34,3%	-1,2%
Industrial	293.170	316.065	28,7%	29,7%	-7,2%
Comercial	215.917	227.961	21,1%	21,4%	-5,3%
Rural	51.467	53.188	5,0%	5,0%	-3,2%
Poder Público	34.906	35.901	3,4%	3,4%	-2,8%
Iluminação Pública	21.583	22.235	2,1%	2,1%	-2,9%
Serviço Público	16.582	17.409	1,6%	1,6%	-4,7%
Subtotal	993.746	1.037.149	97,3%	97,5%	-4,2%
Suprimento	27.379	26.571	2,7%	2,5%	3,0%
TOTAL	1.021.125	1.063.720	100%	100%	-4,0%
Consumo por Classe em MWh					
Residencial	1.201.969	1.111.530	30,1%	28,6%	8,1%
Industrial	1.135.511	1.160.889	28,4%	29,9%	-2,2%
Comercial	747.448	735.895	18,7%	19,0%	1,6%
Rural	282.328	274.329	7,1%	7,1%	2,9%
Poder Público	93.514	90.125	2,3%	2,3%	3,8%
Iluminação Pública	136.302	134.483	3,4%	3,5%	1,4%
Serviço Público	73.814	71.637	1,8%	1,8%	3,0%
Subtotal	3.670.886	3.578.888	92,0%	92,2%	2,6%
Suprimento	320.650	301.865	8,0%	7,8%	6,2%
TOTAL	3.991.536	3.880.753	100%	100%	2,9%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$					
Residencial	299,61	327,83	120,3%	122,7%	-8,6%
Industrial	258,18	272,26	103,7%	101,9%	-5,2%
Comercial	288,87	309,77	116,0%	115,9%	-6,7%
Rural	182,30	193,89	73,2%	72,5%	-6,0%
Poder Público	373,27	398,34	149,9%	149,1%	-6,3%
Iluminação Pública	158,35	165,34	63,6%	61,9%	-4,2%
Serviço Público	224,65	243,02	90,2%	90,9%	-7,6%
Subtotal	270,71	289,80	108,7%	108,4%	-6,6%
Suprimento	85,39	88,02	34,3%	32,9%	-3,0%
TOTAL	248,96	267,25	100%	100%	-6,8%

Fonte: DCL

7. Desempenho Econômico Financeiro

O Lucro Líquido do terceiro trimestre de 2013, apresentado pela Companhia, em 30 de setembro, foi de R\$149,5 milhões, que representa um aumento de 222,08%, se comparado ao mesmo período de 2012, sendo Prejuízo Líquido de R\$122,5 milhões.

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Comentário do Desempenho



Dados Econômico-Financeiros	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012	AH
Receita Operacional Bruta	4.926.846	5.010.527	-1,67%
Receita Operacional Líquida	3.556.030	3.123.176	13,86%
Resultado das Atividades	175.092	(208.721)	183,89%
EBITDA	329.738	(89.370)	468,95%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,27%	-2,86%	12,13 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	4,21%	-3,92%	8,13 p.p.
Resultado Financeiro	44.669	39.572	12,87%
Ativo Total	5.665.366	5.066.745	11,85%
Imobilizado	249.204	367.742	-32,23%
Patrimônio Líquido	1.927.248	2.146.244	-10,20%
Lucro (Prejuízo) Líquido	149.553	(122.461)	222,12%

p.p – Pontos Percentuais

O Grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2013 com uma Receita Operacional Bruta de R\$4.926,8 milhões, queda de 1,67% em relação a 2012 num valor de R\$5.010,5 milhões, enquanto a Receita Operacional Líquida evoluiu 13,86%, no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$3.556,0 milhões e no mesmo período de 2012 foi de R\$3.123,2 milhões.

O EBITDA no terceiro trimestre de 2013 atingiu o valor de R\$329,7 milhões e a Margem EBITDA passou de -2,86% no terceiro trimestre de 2012 para 9,27% em 2013.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Lucro/Prejuízo líquido	149.553	(122.461)
IR e CSLL corrente e diferido	70.208	(46.688)
Resultado financeiro	(44.669)	(39.572)
Depreciação e amortização	154.646	119.351
EBITDA	329.738	(89.373)

8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 Ações Nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 Ações Preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Comentário do Desempenho



Base Acionária em 30.09.2013

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.333.974	8,59	230.800	1,00	1.564.774	4,06
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.453.900	10,65	2.711.500	7,03
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	999.452	6,44	7.772.659	33,73	8.772.111	22,74
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00

Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2013 representando 20,35% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 7.849.370 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	7.849.370	20,35
Investidores Nacionais	30.722.221	79,65

Fonte: DEF/DPRI

10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.223.160	59,40	234.305	1,02	9.457.465	24,52
Conselho de Administração	1	-	10	-	11	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.303.976	40,60	22.810.139	98,98	29.114.115	75,48
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

11. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON - CLSC3		Ações PN - CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100
Ações em Circulação	6.303.976	40,60	22.810.139	98,98	29.114.115	75,48

Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 67º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de novembro de 2013.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Itamarati, 160, Bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA S.A., em São Paulo.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de novembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2013, as principais controladas integrais consolidadas, controladas em conjunto e coligadas são:

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de setembro		31 de dezembro	
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100	-	100	-
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100	-	100	-

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	30 de setembro		31 de dezembro	
	2013		2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17	-	17	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)	-	30	-	30
Painel Energética S.A. (Painel)	-	32,5	-	32,5
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)	-	32,5	-	32,5
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)	-	25	-	25
Xavantina Energética (Xavantina)	-	40	-	40
Bandeirante Energética (Bandeirante)	-	25	-	25
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (Cubatão)	40	-	40	-

Notas Explicativas



1.1. Das Concessões

a) Medida Provisória – MP 579/2012 (Lei 12.783/2013)

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas. Em 11 de janeiro de 2013, a MP nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013.

Conforme noticiado pelo Governo Federal, a medida tem como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%*, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a MP nº 579/2012 definiu a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme MP nº 579/2012, a renovação das concessões está condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela MP nº 579/2012, em regime de cotas, para as Distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

Ademais, a MP nº 579/2012 estabelece que quando da renovação as concessões de distribuição, geração e transmissão haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

(*) Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP 579/2012 não foram auditadas.

Notas Explicativas



b) Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$146.401. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, a ANEEL concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia

Notas Explicativas



comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507. Ambos os valores foram registrados a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

c) Resolução Homologatória nº 1.574/13 - Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobrás à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31,8 mil.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

d) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo indenizável e ativo intangível. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

A redução da tarifa em função da MP nº 579/2012 não se espera trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações afetarão somente o custo de compra e transporte de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

Notas Explicativas



e) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4	22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8	10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8	(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,5	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,7	

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela MP nº 579/2012:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 mil.

Conforme DP nº 7.805/2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Somente em 6 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012.

Notas Explicativas



Essas usinas representam 86,51% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas e, ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não prorrogação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento por meio de Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Após a interposição da presente ação ordinária em 30 de Novembro de 2012, restou deferida a liminar requerida pelo M.M Juiz Federal, suspendendo a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/1999. A Ré interpôs Agravo de Instrumento nº 5021470 – 33.2012.404.0000 no TRF da 4ª Região em 20.12.2012, requerendo efeito suspensivo a decisão que deferiu a liminar.

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato o, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice de ao Consumidor Amplo (IPCA) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Notas Explicativas



PCH's	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	22	07/07/2015
Ivo Silveira	6	07/07/2015
Cedros	21	07/11/2016
Salto	17	07/11/2016
Bracinho	25	07/11/2016
Pery	52	09/07/2017
Celso ramos	12	22/11/2021

f) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A controlada em conjunto SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

g) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A controlada em conjunto ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

2.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As Informações Trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

Essas práticas diferem do IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado da Companhia Controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo e as

Notas Explicativas



Demonstrações Financeiras individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em

Notas Explicativas



condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

O Grupo atualmente está envolvido em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 22. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

2.4. Pronunciamentos Aplicáveis ao Grupo a partir de 01 de janeiro de 2013 – Novas Normas, Alterações e Interpretações do IFRS, adotadas nas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as atividades da Companhia:

- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 e determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

Notas Explicativas



As características e essência econômica da participação da Companhia caracterizam empreendimentos controlados em conjunto das investidas elencadas no quadro a seguir. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

Controladas em Conjunto:

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
Painel Energética S.A. (Painel)
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
Xavantina Energética (Xavantina)
Bandeirante Energética (Bandeirante)

As informações financeiras da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

Outra nova norma aplicada a partir de 01 de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

A aplicação destas novas normas alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, e Fluxo de Caixa e Valor Adicionado para o período de nove meses findo naquela data, que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que estão sendo apresentados em 30 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	442.495	-	(13.741)	428.754
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	858.809	-	(8.509)	850.300
Estoques	20.510	-	(1.203)	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar	73.337	-	(899)	72.438
Dividendos a Receber	2.215	-	1.864	4.079
Ativo Indenizatório (Concessão)	20.303	-	(20.303)	-
Outras Contas a Receber	39.460	-	(1.938)	37.522
	1.472.191	-	(44.729)	1.427.462
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	133.013	-	-	133.013
Contas a Receber de Clientes	121.430	-	(54)	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas	64.888	-	-	64.888
Tributos Diferidos	342.560	(56.439)	(463)	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar	13.697	-	-	13.697
Depósitos Judiciais	147.178	-	(222)	146.956
Ativo Indenizatório (Concessão)	1.987.103	-	(43.163)	1.943.940
Outras Contas a Receber	4.838	-	(3.408)	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	25.844	-	129.150	154.994
Intangível	616.381	-	(81.494)	534.887
Imobilizado	370.105	-	(18.277)	351.828
	3.827.037	(56.439)	(17.931)	3.752.667
Ativo Total	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado
				01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	433.503	-	(18.980)	414.523
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	241.298	-	(6.136)	235.162
Salários e Encargos Sociais	120.632	-	(1.257)	119.375
Tributos e Contribuições Sociais	129.800	-	(6.585)	123.215
Dividendos Propostos	72.048	-	-	72.048
Taxas Regulamentares	174.941	-	(684)	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas	18.113	-	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	-	115.908
Outros Passivos	19.177	-	(239)	18.938
	1.325.420	-	(33.881)	1.291.539
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	129.800	-	(21.871)	107.929
Tributos e Contribuições Sociais	1.207	-	-	1.207
Tributos Diferidos	78.140	-	(5.751)	72.389
Taxas Regulamentares	147.841	-	-	147.841
Provisões para Contingências	489.207	-	(345)	488.862
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	-	783.797
Outros Passivos	3.287	-	(812)	2.475
	1.799.277	(165.998)	(28.779)	1.604.500
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado
				31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	199.865	-	(27.125)	172.740
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	999.436	-	(9.072)	990.364
Estoques	15.993	-	(1.234)	14.759
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.432	-	(339)	92.093
Dividendos a Receber	77	-	960	1.037
Ativo Indenizatório (Concessão)	22.147	-	(22.147)	-
Outras Contas a Receber	28.180	-	(3.479)	24.701
	1.374.473	-	(62.436)	1.312.037
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	55.198	-	-	55.198
Contas a Receber de Clientes	102.764	-	(2.322)	100.442
Outros Créditos com Partes Relacionadas	36.472	-	-	36.472
Tributos Diferidos	431.130	63.526	(481)	494.175
Tributos a Recuperar ou Compensar	14.060	-	-	14.060
Depósitos Judiciais	139.910	-	(287)	139.623
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.435.306	-	(44.632)	2.390.674
Outras Contas a Receber	7.114	-	(5.091)	2.023
Investimentos em Controladas e Coligadas	32.535	-	135.527	168.062
Intangível	467.092	-	(91.895)	375.197
Imobilizado	273.194	-	(17.901)	255.293
	3.994.775	63.526	(27.082)	4.031.219
Ativo Total	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	721.331	-	(18.050)	703.281
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.165	-	(7.101)	81.064
Salários e Encargos Sociais	116.471	-	(1.044)	115.427
Tributos e Contribuições Sociais	95.441	-	(5.716)	89.725
Dividendos Propostos	580	-	(154)	426
Taxas Regulamentares	123.700	-	(809)	122.891
Outros Passivos de Partes Relacionadas	14.538	-	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	-	130.960
Outros Passivos	48.823	-	(1.437)	47.386
	1.340.009	-	(34.311)	1.305.698
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300.654	-	(43.608)	257.046
Salários e Encargos Sociais	41	-	-	41
Tributos Diferidos	38.239	-	(9.835)	28.404
Taxas Regulamentares	189.184	-	-	189.184
Provisões para Contingências	426.645	-	-	426.645
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	-	1.356.430
Outros Passivos	4.239	-	(1.764)	2.475
	2.128.459	186.973	(55.207)	2.260.225
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.369.248	63.526	(89.518)	5.343.256

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				01/01/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.932.273	109.559	-	2.041.832

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				01/01/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Ajustado
Não Circulante				
Investimentos	1.738.781	(123.447)	-	1.615.334

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Controladora
				31/12/2012 Ajustado
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	(5.689)	-	740.203
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(117.758)	-	19.114
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Em 30 de setembro de 2012
 (valores expressos em milhares de reais)

	30/9/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado 30/9/2012 Ajustado
Receita	3.217.754	-	(94.578)	3.123.176
Receita de Venda de Bens e Serviços	2.998.784	-	(90.679)	2.908.105
Receita de Construção	218.970	-	(3.899)	215.071
Custos	(2.816.580)	-	71.597	(2.744.983)
Custo das Vendas e Serviços	(2.597.610)	-	67.698	(2.529.912)
Custo de Construção	(218.970)	-	3.899	(215.071)
Lucro Bruto	401.174	-	(22.981)	378.193
Despesa com Vendas	(121.117)	-	796	(120.321)
Despesas Gerais e Administrativas	(487.076)	(2.100)	13.451	(475.725)
Outras Despesas Operacionais	1.837	-	(5.743)	(3.906)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.583	-	7.455	13.038
Resultado Operacional	(199.599)	(2.100)	(7.022)	(208.721)
Receitas Financeiras	95.307	-	(330)	94.977
Despesas Financeiras	(57.412)	-	2.007	(55.405)
Resultado Financeiro	37.895	-	1.677	39.572
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(161.704)	(2.100)	(5.345)	(169.149)
Corrente	(11.532)	-	4.253	(7.279)
Diferido	52.161	714	1.092	53.967
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(121.075)	(1.386)	-	(122.461)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

De 01 de julho de 2012 a 30 de setembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	01/07/2012 a 30/09/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	Consolidado 01/07/2012 a 30/09/2012 Ajustado
Receita	1.051.297	-	(38.997)	1.012.300
Receita de Venda de Bens e Serviços	980.688	-	(38.997)	941.691
Receita de Construção	70.609	-	-	70.609
Custos	(927.215)	-	28.256	(898.959)
Custo das Vendas e Serviços	(856.606)	-	28.256	(828.350)
Custo de Construção	(70.609)	-	-	(70.609)
Lucro Bruto	124.082	-	(10.741)	113.341
Despesa com Vendas	(34.753)	-	253	(34.500)
Despesas Gerais e Administrativas	(331.998)	(701)	11.579	(321.120)
Outras Despesas Operacionais	39.549	-	(5.864)	33.685
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.851	-	1.899	3.750
			-	
Resultado Operacional	(201.269)	(701)	(2.874)	(204.844)
Receitas Financeiras	28.556	-	(55)	28.501
Despesas Financeiras	(13.340)	-	179	(13.161)
			-	
Resultado Financeiro	15.216	-	124	15.340
			-	
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(186.053)	(701)	(2.750)	(189.504)
Corrente	(2.255)	-	2.008	(247)
Diferido	52.769	239	742	53.750
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(135.539)	(462)	-	(136.001)

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 30 de setembro de 2012
 (valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Consolidado		
	30/9/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	30/9/2012 Ajustado
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	115.030	97.572	212.602
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(158.132)	(101.525)	(259.657)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(152.604)	5.203	(147.401)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(195.706)	1.250	(194.456)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	442.495	(13.741)	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	246.789	(12.491)	234.298
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(195.706)	1.250	(194.456)

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 30 de setembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	30/9/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	Consolidado 30/9/2012 Ajustado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	4.906.942	(111.486)	4.795.456
Receita de Construção	218.970	(3.899)	215.071
Perdas Recuperáveis com Clientes - (Reversão/Constituição)	(33.805)	45	(33.760)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos Serviços Prestados	(1.990.473)	(205.834)	(2.196.307)
Custo de Construção	(218.970)	318.412	(71.827)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(390.239)	3.899	(215.071)
Outros	42.947	(42.947)	-
Valor Adicionado Bruto	2.535.372	(41.810)	2.493.562
Depreciação, Amortização e Exaustão	(120.404)	164	(120.240)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.414.968	(41.646)	2.373.322
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.583	7.455	13.038
Receitas Financeiras	95.307	(330)	94.977
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.515.858	(34.521)	2.481.337
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	(689.505)	968	(688.537)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.882.490)	28.194	(1.854.296)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(64.938)	3.973	(60.965)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	121.075	1.386	122.461
	(2.515.858)	34.521	(2.481.337)

Notas Explicativas



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo para a preparação de suas ITR do período findo em 30 de setembro de 2013 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, devem ser lidas conjuntamente, exceto pelo apresentado na NE 2.4.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco de Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas. O Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, instituiu que o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia), seria repassado com recurso da CDE, na ocasião do reajuste ou revisão tarifária.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de

Notas Explicativas



valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Consolidado
			Acima de cinco anos
CDI (%)	7,8	-	-
Em 31 de dezembro de 2012			
Empréstimos – Saldo Balanço	81.064	220.639	36.407
Empréstimos – Não descontados	84.193	266.645	53.173
Fornecedores	703.281	-	-
CDI ¹ (%)	9,96	-	-
Em 30 de setembro de 2013			
Empréstimos – Saldo Balanço	203.464	187.975	32.808
Empréstimos – Não descontados	213.356	238.335	52.742
Debêntures - Saldo Balanço	10.069	198.630	99.681
Debêntures - Não descontado	10.559	251.844	160.245
Fornecedores	447.227	-	-

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT V13 – (fechamento 29/10/2013)

Notas Explicativas



período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás. A Companhia protocolou o pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para a concessão do contrato nº 56/1999, da Celesc D, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. A Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2013:

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Consolidado		
			Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			9,96%	12,45%	14,94%
	Aplicações Financeiras	768.990	76.591	95.739	114.887
	Contas a Receber Não Circulante	6.760	673	842	1.010
	Debêntures (-)	(308.380)	(30.715)	(38.393)	(46.072)
IGP-M² (%)			4,40%	5,49%	6,59%
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.284.484	100.424	125.529	150.635

² IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e as debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	30 de	Consolidado
	setembro	31 de
	2013	dezembro
		2012
Total dos Empréstimos	424.247	338.110
Debêntures	308.380	-
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(851.500)	(172.740)
Dívida Líquida	(118.873)	165.370
Total do Patrimônio Líquido	1.927.248	1.777.333
Total do Capital	1.808.375	1.942.703
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-6,57%	8,51%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Notas Explicativas



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

- Informações observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 (Nível 2).
- Dados não observáveis para o ativo ou passivo (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2013. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado
		Saldo total
Ativos		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.571.447	2.571.447
Outros	217	217
Total do Ativo	2.626.645	2.626.645

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

Descrição	Nível 1	Nível 3	Consolidado
			Saldo total
Ativos			
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado			
Títulos Públicos	16.343	-	16.343
Ações	-	54.981	54.981
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	2.390.674	2.390.674
Outros	-	217	217
Total do Ativo	16.343	2.445.872	2.462.215

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas Explicativas



Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2013.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	851.500	-	-	851.500
Ações	54.981	-	-	-	54.981
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.571.447	-	2.571.447
Contas a Receber de Clientes	-	1.182.128	-	-	1.182.128
Outros	-	-	217	-	217
	54.981	2.033.628	2.571.664	-	4.660.273
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	447.227	447.227
Empréstimos	-	-	-	424.247	424.247
Debêntures	-	-	-	308.380	308.380
	-	-	-	1.179.854	1.179.854

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2012.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	172.740	-	-	172.740
Títulos Públicos	16.343	-	-	-	16.343
Ações	54.981	-	-	-	54.981
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.390.674	-	2.390.674
Contas a Receber de Clientes	-	1.565.058	-	-	1.565.058
Outros	-	-	217	-	217
	71.324	1.737.798	2.390.891	-	4.200.013
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	703.281	703.281
Empréstimos	-	-	-	338.110	338.110
	-	-	-	1.041.391	1.041.391

Notas Explicativas



6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	540.317	911.371
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	109.784	143.932
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 91 dias	532.027	509.755
	1.182.128	1.565.058

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Recursos em Banco e em Caixa	1.671	1.216	82.510	47.852
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata ³	24.347	36.653	768.990	124.888
	26.018	37.869	851.500	172.740

O saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata do Grupo obteve crescimento em 30 de setembro de 2013 em função do recebimento da cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, no montante de R\$569.507, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

³ As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Valor Justo por Meio de Resultado				
Títulos Públicos	-	-	-	16.343
Ações Casan ⁴	54.981	54.981	54.981	54.981
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
	55.198	55.198	55.198	71.541
Circulante	-	-	-	16.343
Não Circulante	55.198	55.198	55.198	55.198

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2012, com base no fluxo de caixa descontado, foi reconhecido no resultado financeiro da Companhia a provisão com perdas do valor justo, nos montantes R\$55.735, resultando no valor justo de R\$54.981 em 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2013 será realizada nova avaliação do valor justo.

⁴ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas



9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores					
Residencial	169.434	52.662	54.620	276.716	324.499
Industrial	160.068	26.880	345.947	532.895	642.486
Comércio, Serviços e Outros	103.389	17.544	60.520	181.453	227.233
Rural	25.014	3.588	7.667	36.269	44.039
Poder Público	24.314	3.436	32.496	60.246	62.919
Iluminação Pública	14.108	243	15.222	29.573	29.818
Serviço Público	10.146	142	969	11.257	12.615
	506.473	104.495	517.441	1.128.409	1.343.609
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	21.128	925	1.929	23.982	55.495
Transações no âmbito da CCEE	26.317	-	-	26.317	150.653
Outros Créditos	(13.601)	4.364	12.657	3.420	15.301
	33.844	5.289	14.586	53.719	221.449
	540.317	109.784	532.027	1.182.128	1.565.058
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(487.953)	(474.252)
				694.175	1.090.806
Circulante				687.415	990.364
Não Circulante				6.760	100.442

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Consumidores		
Residencial	54.610	71.900
Industrial	182.873	189.293
Têxtil (b.2)	136.128	96.131
Comércio, Serviços e Outras	57.569	60.154
Rural	5.186	5.682
Poder Público	31.847	32.417
Iluminação Pública	14.235	13.779
Serviço Público	922	934
Concessionárias e Permissionárias	1.109	488
Outros	3.474	3.474
	487.953	474.252
Circulante	351.825	474.252
Não Circulante	136.128	-

Notas Explicativas**b.1) Movimentação:**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	474.252
Provisão Constituída no Período	89.904
Baixas de Contas a Receber	(76.203)
Saldo em 30 de setembro de 2013	487.953

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A, Têxtil RenauxView S.A. e TEKA – Tecelagem Kuehnrich.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a Tecelagem Kuehnrich – TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 no terceiro trimestre de 2013.

Notas Explicativas**10. Ativo Indenizatório – Concessão**

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Em Serviço	2.284.484	2.088.265
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.284.484	2.088.265
Em Curso	286.963	302.409
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	286.963	302.409
Total	2.571.447	2.390.674
Não Circulante	2.571.447	2.390.674

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica do Grupo estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como “disponíveis para venda”.

a) Ativo Indenizatório (Concessão) – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.390.674
Adições	170.340
Baixas	(26.959)
Atualização (i)	37.392
Saldo em 30 de setembro de 2013	2.571.447

(i) A Companhia reconheceu no período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2013, o montante de R\$37.392, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

Notas Explicativas



11. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
ICMS ⁵	-	-	41.550	47.753
PIS e COFINS ⁶	-	-	313	2.154
IRPJ e CSLL ⁷	2.512	2.573	58.172	53.730
Outros	101	262	2.575	2.516
	2.613	2.835	102.610	106.153
Circulante	2.613	2.835	79.083	92.093
Não Circulante	-	-	23.527	14.060

12. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	32.210
	36.472
Em 30 de setembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	16.106
	20.368
	Controladora
Descrição	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2012	
Governo do Estado de SC	
Empréstimo para o Tesouro Estadual	324
SC Parcerias S.A.(ii)	4.196
	4.520
Em 30 de setembro de 2013	
Governo do Estado de SC	-
SC Parcerias S.A.(ii)	1.936
	1.936

⁵ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁶ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁷ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado				
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2012					
Governo do Estado de SC	45.005	47.753	8.710	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	32.210	-
Celos	-	-	-	-	14.538
	45.005	47.753	8.710	36.472	14.538
Em 30 de setembro de 2013					
Governo do Estado de SC	51.895	41.550	4.275	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	16.106	-
Celos	-	-	-	-	9.776
	51.895	41.550	4.275	20.368	9.776

Descrição	Consolidado		
	Tributos Deduções da Receita ⁸	Receita de Vendas ⁹	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2012			
Governo do Estado de SC	1.003.534	39.445	-
Empréstimo para o Tesouro Estadual	-	-	324
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	4.196
	1.003.534	39.445	4.520
Em 30 de setembro de 2013			
Governo do Estado de SC	849.517	30.322	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	1.936
	849.517	30.322	1.936

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia busca junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

⁸ As operações com tributos referem-se ao ICMS sobre as operações de venda de energia e são realizadas conforme a legislação específica.

⁹ A Receita de Vendas refere-se a venda de energia ao Governo do Estado efetuadas em termos iguais aos utilizados nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é definido pela ANEEL por meio da resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

Notas Explicativas



(ii) SC Parcerias S.A.

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SC Parcerias.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Administradores				
Honorários	4.750	4.645	4.751	5.259
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	-	-	95
Encargos Sociais	1.414	1.110	1.420	1.437
Outros	213	91	216	246
	6.377	5.846	6.387	7.037

13. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Controladas				
Celesc D	1.335.926	1.219.509	-	-
Celesc G	300.820	247.966	-	-
	1.636.746	1.467.475	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	81.531	78.876	81.531	78.876
ECTE	36.923	36.448	36.923	36.448
	118.454	115.324	118.454	115.324
Coligadas				
DFESA	29.419	32.535	29.419	32.535
SPEs ¹⁰	-	-	33.139	20.203
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	29.419	32.535	62.558	52.738
	1.784.619	1.615.334	181.012	168.062

¹⁰ Sociedade de Propósito Específico.

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Milhares de Ações da Companhia Ordinárias	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Controladora
		Capital Social	Capital Votante			Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
		Em 30 de setembro de 2013				
Celesc D	630.000	100%	100%	1.335.926	5.032.449	116.417
Celesc G	43.209	100%	100%	300.820	339.934	38.492
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	119.550	300.163	24.352
SCGÁS	45.476	17%	51%	216.187	359.582	22.093
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	127.743	343.596	26.469
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	-
Em 31 de dezembro de 2012						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.219.509	4.729.287	(135.659)
Celesc G	43.209	100%	100%	247.966	292.821	(70.380)
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17	51%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)

Descrição	Milhares de Ações da Companhia Ordinárias	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido Ajustado	Total de Ativos	Consolidado
		Capital Social	Capital Votante			Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
		Em 30 de setembro de 2013				
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	119.550	300.163	24.352
SCGÁS	45.476	17%	51%	216.187	359.582	22.093
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	127.743	343.596	26.469
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	19.802	32,50%	32,50%	60.843	75.998	(32)
Painel Energética S.A.	4.730	32,50%	32,50%	5.466	5.467	(18)
Campo Belo Energética S.A.	1.827	30%	30%	6.089	6.440	(30)
Cia Energética Rio das Flores	7.088	25%	25%	31.132	65.813	218
Xavantina Energética S.A.	996	40%	40%	2.490	2.525	-
Em 31 de dezembro de 2012						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.013	303.362	40.574
SCGÁS	45.476	17%	51%	199.761	320.539	23.609
Dfesa	153.382	23,03%	23,03%	141.270	372.994	35.385
Cubatão	1.600	40%	40%	1.649	5.620	(7)
Rondinha Energética S.A.	9.750	32,50%	32,50%	27.783	28.630	(314)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.408	5.457	(34)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	4.015	6.648	(29)
Cia Energética Rio das Flores	5.930	25%	25%	24.712	52.532	171
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.490	2.517	-

Notas Explicativas**b) Movimentação dos Investimentos**

Descrição						Controladora
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.219.509	247.966	36.448	78.876	32.535	1.615.334
Integralizações	-	14.000	-	-	-	14.000
Dividendos Creditados	-	-	(7.046)	-	(9.212)	(16.258)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	116.417	38.492	7.521	3.756	6.096	172.282
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	-	362	-	-	-	362
Saldo em 30 de setembro de 2013	1.335.926	300.820	36.923	81.531	29.419	1.784.619

Descrição					Consolidado
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.448	78.876	32.535	20.203	168.062
Integralizações	-	-	-	12.545	12.545
Dividendos Creditados	(7.046)	-	(9.212)	-	(16.258)
Amortização Ágio	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.521	3.756	6.096	29	17.402
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	-	-	-	362	362
Saldo em 30 de setembro de 2013	36.923	81.531	29.419	33.139	181.012

Notas Explicativas



14. Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.333	1.129	147.567	432.101
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(132)	-	(123.840)
Depreciação Acumulada	-	(19.297)	(7.190)	(25.816)	(665)	-	(52.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.595	332	147.567	255.293
Adições	-	-	-	-	-	10.768	10.768
Baixas	-	-	-	-	-	(622)	(622)
Depreciação	-	(28.939)	(1.097)	(7.199)	(126)	-	(37.361)
Realização de Provisão para Perdas	-	16.652	611	3.826	37	-	21.126
Transferência	-	-	-	4	-	(4)	-
Saldo em 30 de setembro de 2013	9.202	64.368	2.456	15.226	243	157.709	249.204
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.337	1.129	157.709	442.247
Provisão para Perdas	(10.834)	(72.420)	(2.269)	(17.096)	(95)	-	(102.714)
Depreciação Acumulada	-	(48.236)	(8.287)	(33.015)	(791)	-	(90.329)
Saldo em 30 de setembro de 2013	9.202	64.368	2.456	15.226	243	157.709	249.204

15. Intangível

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2012	Amortizações	30 de setembro 2013
Contrato de Concessão ECTE	8.523	(45)	8.478

Notas Explicativas



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

	Consolidado			
	Contratos de Concessão (a)			
Descrição	Celesc D	Softwares Adquiridos	Ágios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.721	8.523	375.197
Custo Total	933.846	2.721	14.248	950.815
Amortização Acumulada	(569.893)	-	(5.725)	(575.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	363.953	2.721	8.523	375.197
Adições	26.457	2.082	-	28.539
Baixas	(4.080)	-	-	(4.080)
Amortizações	(116.962)	(408)	(45)	(117.415)
Saldo em 30 de setembro 2013	269.368	4.395	8.478	282.241
Custo Total	956.223	4.803	14.248	975.274
Amortização Acumulada	(686.855)	(408)	(5.770)	(693.033)
Saldo em 30 de setembro de 2013	269.368	4.395	8.478	282.241

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais), quando aplicáveis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pelo órgão regulador são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, esta taxa utilizada como base para a avaliação e amortização do ativo intangível na última Revisão Tarifária (agosto de 2012) foi de 3,75%.

Notas Explicativas



16. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

a) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	115.656	95.119	-	-	115.656	95.119
Provisão para Perdas em Ativos	82.935	93.627	-	-	82.935	93.627
Benefício Pós-Emprego	310.755	334.979	-	-	310.755	334.979
Custo Atribuído	-	-	58.171	70.510	(58.171)	(70.510)
IRPJ e CSLL Diferidos sobre o Prejuízo Fiscal	19.250	33.745	-	-	19.250	33.745
Outras Provisões	98.703	92.294	133.165	113.483	(34.462)	(21.189)
	627.299	649.764	191.336	183.993	435.963	465.771

	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Ativo	459.211	494.175
Passivo	(23.248)	(28.404)
Tributo Diferido Líquido	435.963	465.771

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	149.553	(119.960)	219.761	(169.149)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	50.848	(40.786)	74.719	(57.511)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(58.576)	37.202	(5.907)	(4.876)
Benefício Fiscal	-	-	951	4.627
Incentivo Fiscal	-	-	65	677
Provisões Indedutíveis	-	-	(6.782)	-
Multas Indedutíveis	-	-	7.297	6.415
Depreciação/Baixas VNR	-	-	63.511	-
Participação dos Administradores	233	262	253	372
PDV	-	-	(24.293)	-
Ajuste CPC 33 (R1)	-	-	(21.622)	-
Prejuízo Fiscal	-	-	(19.250)	-
Outras Adições/Exclusões	7.495	5.823	1.266	3.608
	-	2.501	70.208	(46.688)
Corrente	-	-	(40.334)	(7.279)
Diferido	-	(2.501)	(29.874)	53.967
	-	(2.501)	(70.208)	46.688
Alíquota Efetiva	0%	2,08%	-31,95%	-27,60%

Notas Explicativas



17. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Energia Elétrica	377.988	573.165
Encargos de Uso da Rede Elétrica	28.384	55.048
Materiais e Serviços	40.855	75.068
	447.227	703.281

18. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa Anual de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	200.195	110.682
Eletrobrás (b)	5,00 a.a.	185.451	189.260
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	38.601	38.168
		424.247	338.110
Circulante		203.464	81.064
Não Circulante		220.783	257.046

a) Empréstimos Bancários

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro no valor de R\$110 mil, a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 06 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 mil a taxa de 7,55% a.a. com 15 (quinze) meses de carência e 9 (nove) para o pagamento.

b) Eletrobrás

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

Notas Explicativas



c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos da Celesc D e possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

18.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Um a cinco anos	187.975	237.963
Acima de cinco anos	32.808	19.083
	220.783	257.046

19. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48^o mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, “*over* extra-Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2, a partir do ano de 2014.

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	-
Ingressos	300.000
Atualização Monetária	10.434
Custos na Emissão de Debêntures	(2.054)
Em 30 de setembro de 2013	308.380
Circulante	10.069
Não Circulante	298.311

Notas Explicativas



20. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
ICMS	-	-	51.895	45.005
PIS e COFINS	-	-	12.255	22.747
REFIS	469	1.786	469	1.786
IRPJ e CSLL	-	-	42.332	10.921
INSS Parcelamento	-	-	2.653	3.150
Outros	74	243	5.071	6.157
	543	2.029	114.675	89.766
Circulante	543	1.988	114.675	89.725
Não Circulante	-	41	-	41

21. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Programa de Eficiência Energética – PEE	160.192	156.818
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	58.439	53.329
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	12.609
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	69.339	68.104
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.838	17.323
Encargos do Consumidor a Recolher	-	2.336
Reserva Global de Reversão – RGR	278	26
Outros	1.055	1.530
	294.141	312.075
Circulante	72.670	122.891
Não Circulante	221.471	189.184

22. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	2.154	2.182	1.263	1.263
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
Bloqueio judicial	830	-	-	-
	9.611	8.809	7.890	7.890

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:				
Tributária	3.782	3.722	29.522	29.525
Trabalhistas	49.879	61.118	72.760	44.822
Cíveis	30.818	28.378	341.130	316.734
Regulatórias	46.405	46.405	44.813	35.564
Bloqueio judicial	830	-	-	-
	131.714	139.623	488.225	426.645

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.809	7.890	139.623	426.645
Adições	830	-	21.351	86.302
Baixas	(28)	-	(29.260)	(24.722)
Saldos em 30 de setembro de 2013	9.611	7.890	131.714	488.225

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

O principal incremento nas provisões trabalhistas durante o ano refere-se à ação movida pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

Notas Explicativas



c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Contingências:		
Tributárias	2.055	2.173
Trabalhistas	1.710	3.213
Cíveis	21.842	15.870
Regulatório	15.182	15.710
	40.789	36.966

Notas Explicativas



23. Passivo Atuarial

	Consolidado	
	30 de setembro 2013	31 de dezembro 2012
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	1.015.958	1.008.435
Plano Misto/Transitório (a)	1.015.958	1.008.435
Outros Benefícios a Empregados	397.599	478.955
Plano Celos Saúde (b)	108.679	124.293
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	19.799	34.882
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	237.626	288.814
Outros Benefícios (e)	31.495	30.966
	1.413.557	1.487.390
Circulante	178.749	130.960
Não Circulante	1.234.808	1.356.430

A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Notas Explicativas



b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 30 de setembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 928 beneficiários (870 em 31 de dezembro de 2012).

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012 e teve, em um primeiro momento, a adesão de 734 empregados. Até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados, totalizando 753. Desligaram-se da Celesc D, até 30 de junho de 2013, 753 beneficiários (432 em 31 de dezembro de 2012).

Até 30 de setembro de 2013 a Celesc D havia quitado o débito com 91 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Tratam-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo a aposentadoria.

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas



Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.333.974	8,59	230.800	1,00	1.564.774	4,06
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.453.900	10,65	2.711.500	7,03
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,33
Outros	999.452	6,44	7.772.659	33,73	8.772.111	22,74
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$ 4.475 no Patrimônio Líquido:

<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>(4.475)</u>
Deemed Cost - Celesc G	113.283
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC - 33)	(117.758)

c) Lucro ou Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2013 e de 2012 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído:

	Controladora	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Média ponderada de ações (em milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro/prejuízo básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	3,6587	(2,9959)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	4,0246	(3,2955)
Lucro/prejuízo básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	56.809	(46.518)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	92.744	(75.943)
	<u>149.553</u>	<u>(122.461)</u>

Notas Explicativas



25. Seguros

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2013, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2013	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2013 à 01.01.2014	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	31.12.2012 à 31.12.2013	3.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2013 à 13.05.2014	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768

26. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

Descrição	30 de setembro de 2013				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida	-	3.484.090	73.310	(1.370)	3.556.030
Custo das Vendas	-	(2.836.701)	(24.287)	1.370	(2.859.618)
Lucro Bruto	-	647.389	49.023	-	696.412
Despesas com Vendas	-	(181.713)	(283)	-	(181.996)
Despesas Gerais e Administrativas	(25.515)	(230.311)	(6.866)	-	(262.692)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(91.279)	(2.755)	-	(94.034)
Resultado de Equivalência Patrimonial	172.282	-	29	(154.909)	17.402
Lucro Operacional	146.767	144.086	39.148	(154.909)	175.092
Receitas Financeiras	3.946	120.786	1.035	-	125.767
Despesas Financeiras	(1.160)	(79.915)	(23)	-	(81.098)
Resultado Financeiro Líquido	2.786	40.871	1.012	-	44.669
Lucro antes IRPJ e CSLL	149.553	184.957	40.160	(154.909)	219.761
IRPJ e CSLL	-	(68.540)	(1.668)	-	(70.208)
Lucro/Prejuízo do Exercício	149.553	116.417	38.492	(154.909)	149.553
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.938.606	5.032.449	339.934		
Total dos Passivos	11.358	3.696.523	39.114		

Notas Explicativas



Em 30 de setembro de 2012					
Descrição	Controladora	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida	-	3.075.107	49.808	(1.739)	3.123.176
Custo das Vendas	-	(2.731.183)	(15.450)	1.650	(2.744.983)
Lucro Bruto	-	343.924	34.358	(89)	378.193
Despesas com Vendas	-	(118.564)	(1.757)	-	(120.321)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.668)	(450.065)	(10.581)	1.589	(475.725)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	4.728	(7.134)	(1.500)	(3.906)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(109.419)	-	(1.306)	123.763	13.038
Lucro Operacional	(126.087)	(219.977)	13.580	123.763	(208.721)
Receitas Financeiras	7.275	86.460	1.242	-	94.977
Despesas Financeiras	(1.148)	(53.989)	(268)	-	(55.405)
Resultado Financeiro Líquido	6.127	32.471	974	-	39.572
Lucro antes IRPJ e CSLL	(119.960)	(187.506)	14.554	123.763	(169.149)
IRPJ e CSLL	(2.501)	55.059	(5.870)	-	46.688
Lucro/Prejuízo do Exercício	(122.461)	(132.447)	8.684	123.763	(122.461)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.160.437	4.280.588	410.600		
Total dos Passivos	14.193	2.824.860	87.569		

26.1. Receita Operacional Consolidada

	Consolidado	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.713.465	4.371.293
Suprimento de Energia Elétrica (a)	109.735	108.095
Disponibilização da Rede Elétrica	147.817	266.934
Energia de Curto Prazo	491.063	3.540
Arrendamento e Aluguéis	32.601	31.233
Renda de Prestação de Serviços	2.957	5.150
Outras Receitas Operacionais	8.813	8.635
Doações e Subvenções (i)	221.089	576
Receita de Construção	199.306	215.071
	4.926.846	5.010.527
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(849.517)	(1.008.446)
PIS	(76.572)	(82.242)
COFINS	(352.696)	(365.627)
ISS	(114)	(206)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.256)	(35.900)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(43.544)	(155.908)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.610)	(201.326)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(16.138)	(14.499)
Programa Eficiência Energética - PEE	(15.369)	(14.499)
Outros Encargos	-	(8.698)
	(1.370.816)	(1.887.351)
Receita Operacional Líquida	3.556.030	3.123.176

(i) Valor repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as

Notas Explicativas



tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. A ANEEL efetuou o adiantamento das parcelas referentes aos períodos de maio a novembro de 2013, no montante de R\$186.369, os quais estão sendo contabilizados na rubrica Outros Passivos Circulantes e são apropriados ao resultado conforme sua competência.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Residencial	1.989.180	1.916.645	3.677.392	3.501.856	1.256.709	1.470.113
Industrial	96.145	90.256	3.464.929	3.700.785	1.126.634	1.371.377
Comercial	228.623	220.018	2.521.671	2.456.985	891.044	1.027.560
Rural	230.655	229.788	902.083	882.145	186.084	213.635
Poder Público	20.610	19.604	288.243	286.110	109.808	126.332
Iluminação Pública	531	472	404.707	396.439	78.568	90.214
Serviço Público	2.568	2.405	230.821	220.972	64.618	72.062
Total do Fornecimento	2.568.312	2.479.188	11.489.846	11.445.292	3.713.465	4.371.293
Suprimento de Energia	59	61	1.060.267	1.204.879	109.735	108.095
Total	2.568.371	2.479.249	12.550.113	12.650.171	3.823.200	4.479.388

(i) Informações não revisadas

26.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Consolidado em 30 de setembro 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.265.830	-	-	-	2.265.830
Pessoal (b)	210.199	79.164	26.875	11.688	327.926
Administradores	-	6.387	-	-	6.387
Despesa Atuarial	-	74.130	-	-	74.130
Entidade de Previdência Privada (b)	11.473	3.394	1.389	-	16.256
Material	8.726	4.021	2	-	12.749
Custo de Construção	199.306	-	-	-	199.306
Custos e Serviços de Terceiros	47.507	58.056	52.218	476	158.257
Depreciação e Amortização	130.532	24.114	-	-	154.646
Provisões Líquidas	(21.126)	-	13.701	61.580	54.155
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.567	7.567
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	776	776
Outros Custos e Despesas	7.171	13.426	87.811	11.947	120.355
	2.859.618	262.692	181.996	94.034	3.398.340

Notas Explicativas



Consolidado 30 de setembro 2012

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.148.014	-	-	-	2.148.014
Pessoal (b)	217.582	336.208	28.377	41.113	623.280
Administradores	-	6.744	-	-	6.744
Despesa Atuarial	-	41.054	-	-	41.054
Entidade de Previdência Privada (b)	12.116	3.820	1.523	-	17.459
Material	12.053	4.822	8	-	16.883
Custo de Construção	215.071	-	-	-	215.071
Custos e Serviços de Terceiros	41.916	48.758	41.352	475	132.501
Depreciação e Amortização	90.178	29.173	-	-	119.351
Provisões Líquidas	-	787	33.760	(54.641)	(20.094)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	8.266	8.266
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	831	831
Outros Custos e Despesas	8.053	4.359	15.301	7.862	35.575
	2.744.983	475.725	120.321	3.906	3.344.935

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de setembro 2013	GWh (i)	30 de setembro 2012	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	368.487	3.307	314.031	3.349
Tractebel Energia S.A.	294.889	1.046	271.595	2.020
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	130.483	207	15.310	208
Termoelétricas Petrobrás S.A.	180.332	726	99.226	990
Companhia Energética de Petrolina – CEP	107.564	150	10.952	150
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	-	-	56.715	537
Serra do Facão Energia S.A.	11.055	55	10.385	70
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	97.624	180	17.029	181
Furnas Centrais Elétricas S.A.	142.459	1.143	128.676	1.267
Arembepe Energia S.A	95.678	180	17.333	181
Cemig Geração e Transmissão S.A.	112.304	731	109.688	777
Companhia Energética Potiguar	65.139	100	-	-
Companhia Energética de São Paulo – CESP	85.664	641	84.490	701
Copel Geração e Transmissão S.A.	84.255	676	81.957	717
Energética Suape II S.A.	47.234	152	14.527	153
Eletrobrás Termonuclear S.A.	61.191	435	-	-
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	32.205	39	-	-
Porto do Pecem Geração de Energia	48.177	353	-	-
Usina Xavantes S.A - Aruanã	20.556	28	-	-
Lages Bioenergética Ltda	30.936	144	28.348	145
Foz do Chapecó Energia AS	23.663	147	22.229	150
Brentech Energia S.A.	16.437	37	-	-
Companhia Energética Estreito	23.154	150	21.157	148
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	14.404	25	-	-
Candeias Energia S.A.	10.808	24	-	-
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	34.779	181	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobrás CGTEE	18.615	287	35.160	288
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	8.082	78
Santo Antônio Energia S.A	17.370	120	-	-
Outros	152.456	2.744	145.580	1.696
	2.327.918	14.008	1.492.470	13.806
Encargo de Uso da Rede Elétrica	347.699	-	334.926	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	221.151	-	243.140	-
Proinfa	84.970	-	77.478	304
Recuperação de Despesas	(715.908)	-	-	-
	(62.088)	-	655.544	304
	2.265.830	14.008	2.148.014	14.110

(i) Informações não revisadas

Notas Explicativas



b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Pessoal				
Remunerações	12.359	9.695	183.875	190.078
Encargos Sociais	-	-	66.112	73.220
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	8.948	7.474
Benefícios Assistenciais	-	-	17.878	19.529
Provisões e Indenizações	153	47	51.056	87.733
Programa de Demissão Voluntária - PDV	-	-	-	245.134
Outros	57	112	57	112
Entidade de Previdência Privada	-	-	16.256	17.459
	12.569	9.854	344.182	640.739

26.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.412	2.279	16.248	17.755
Juros sobre Contas a Receber	-	324	-	324
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	36.852	42.973
Variações Monetárias	-	18	3.605	7.274
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	13.050	12.450
Deságio Fornecedor	-	-	37	217
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	3.950	5.851
Renda de Dividendos	598	504	598	504
Receita Financeira de VNR	-	-	43.668	-
Outras Receitas Financeiras	1.936	4.150	7.759	7.629
	3.946	7.275	125.767	94.977
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(23.090)	(19.167)
Var. Mon. e Acréscimo Mor. Energia Comprada	-	-	(12.991)	(10.656)
Variações Monetárias	-	-	(1.865)	(644)
Amortização do Ágio	(1.146)	(1.146)	(1.146)	(1.146)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(12.527)	(14.908)
Despesa Financeira de VNR	-	-	(6.276)	-
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(10.434)	-
Outras Despesas Financeiras	(14)	(2)	(12.769)	(8.881)
	(1.160)	(1.148)	(81.098)	(55.405)
Resultado Financeiro	2.786	6.127	44.669	39.572

Notas Explicativas



27.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receita Operacional Líquida	3.484.090	3.075.107
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.284.784	2.860.036
Receita de Construção	199.306	215.071
Custos Operacionais	(2.836.701)	(2.731.183)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.637.395)	(2.516.112)
Custo de Construção	(199.306)	(215.071)
Lucro Operacional Bruto	647.389	343.924
Despesas Operacionais	(503.303)	(563.901)
Despesas com Vendas	(181.713)	(118.564)
Despesas Gerais e Administrativas	(230.311)	(450.065)
Outras Despesas Operacionais	(91.279)	4.728
Resultado do Serviço	144.086	(219.977)
Resultado Financeiro	40.871	32.471
Receitas Financeiras	120.786	86.460
Despesas Financeiras	(79.915)	(53.989)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	184.957	(187.506)
IRPJ e CSLL	(68.540)	55.059
Corrente	(33.511)	-
Diferido	(35.029)	55.059
Lucro/Prejuízo do Exercício	116.417	(132.447)

27.2.1. Receita Operacional

	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.677.351	4.340.125
Suprimento de Energia Elétrica (a)	79.927	82.606
Disponibilização da Rede Elétrica	149.187	268.584
Energia de Curto Prazo	469.514	-
Arrendamento e Aluguéis	32.601	31.322
Renda de Prestação de Serviços	2.957	5.150
Serviço Taxado	8.574	8.427
Outras Receitas Operacionais	239	208
Doações e Subvenções	221.089	576
Receita de Construção	199.306	215.071
	4.840.745	4.952.069
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(842.999)	(1.003.534)
PIS	(75.344)	(81.374)
COFINS	(347.039)	(361.248)
ISS	(114)	(206)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.498)	(35.670)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(43.544)	(155.908)
Conta Consumo Combustíveis - CCC	(12.610)	(201.326)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(16.138)	(14.499)
Programa Eficiência Energética - PEE	(15.369)	(14.499)
Outros Encargos	-	(8.698)
	(1.356.655)	(1.876.962)
Receita Operacional Líquida	3.484.090	3.075.107

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Residencial	1.989.180	1.916.645	3.677.392	3.501.856	1.256.709	1.470.113
Industrial	96.138	90.241	3.319.421	3.496.427	1.098.703	1.341.648
Comercial	228.622	220.017	2.480.426	2.448.218	882.861	1.026.121
Rural	230.655	229.788	902.083	882.145	186.084	213.635
Poder Público	20.610	19.604	288.243	286.110	109.808	126.332
Iluminação Pública	531	472	404.707	396.439	78.568	90.214
Serviço Público	2.568	2.405	230.821	220.972	64.618	72.062
Total do Fornecimento	2.568.304	2.479.172	11.303.093	11.232.167	3.677.351	4.340.125
Suprimento de Energia	52	46	962.392	930.627	79.927	82.606
Total	2.568.356	2.479.218	12.265.485	12.162.794	3.757.278	4.422.731

(i) Informações não Revisadas

27.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.264.227	-	-	-	2.264.227
Pessoal	206.253	61.991	26.592	11.688	306.524
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	74.130	-	-	74.130
Entidade Previdência Privada	11.473	3.394	1.389	-	16.256
Material	8.664	3.994	2	-	12.660
Custo de Construção	199.306	-	-	-	199.306
Custos e Serviços de Terceiros	46.208	51.059	52.218	476	149.961
Depreciação e Amortização	93.403	23.559	-	-	116.962
Provisões Líquidas	-	-	13.701	60.401	74.102
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	7.389	7.389
Outros Custos e Despesas	7.167	12.174	87.811	11.325	118.477
	2.836.701	230.311	181.713	91.279	3.340.004

Descrição	30 de setembro 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.730.235	-	-	-	1.730.235
Pessoal	335.221	318.763	28.377	41.113	723.474
Administradores	215.941	557	-	-	216.498
Despesa Atuarial	-	41.054	-	-	41.054
Entidade Previdência Privada	12.116	3.820	1.523	-	17.459
Material	11.930	4.671	8	-	16.609
Custo de Construção	215.071	-	-	-	215.071
Custos e Serviços de Terceiros	40.164	44.648	41.352	475	126.639
Depreciação e Amortização	85.115	29.173	-	-	114.288
Provisões Líquidos	-	-	32.003	(54.641)	(22.638)
Taxa de Fiscalização ANEEL	77.478	-	-	8.083	85.561
Outros Custos e Despesas	7.912	7.379	15.301	242	30.834
	2.731.183	450.065	118.564	(4.728)	3.295.084

Notas Explicativas



28. Informações Complementares da Celesc G

28.1. Balanço Patrimonial

		30 de	31 de
		setembro	dezembro
		2013	2012
Ativo			
	Circulante	53.107	14.522
	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.306	7.514
	Contas a Receber de Clientes	14.253	6.500
	Estoques	10	11
	Tributos a Recuperar	3.206	417
	Outros Créditos	332	80
	Não Circulante	286.827	278.299
	Tributos a Recuperar	83	65
	Depósitos Judiciais	68	80
	Investimentos	33.139	20.203
	Imobilizado	249.142	255.231
	Intangível	4.395	2.720
Total do Ativo		339.934	292.821
		30 de	31 de
		setembro	dezembro
		2013	2012
Passivo			
	Circulante	14.044	15.808
	Fornecedores	2.888	4.196
	Tributos e Contribuições Sociais	8.856	10.097
	Taxas Regulamentares	499	206
	Partes Relacionadas	1.774	1.304
	Outros Passivos	27	5
	Não Circulante	25.070	29.047
	Tributos Diferidos	23.248	28.404
	Provisão para Contingências	1.822	643
	Patrimônio Líquido	300.820	247.966
	Capital Social Realizado	126.000	112.000
	Reservas de Lucro	-	(906)
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	113.283	136.872
	Lucro/Prejuízo Acumulado	61.537	-
Total do Passivo		339.934	292.821

Notas Explicativas



28.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receita Operacional Líquida	73.310	49.808
Receita	73.310	49.808
Custos Operacionais	(24.287)	(15.450)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(24.287)	(15.450)
Lucro Operacional Bruto	49.023	34.358
Despesas Operacionais	(9.875)	(20.778)
Despesas com Vendas	(283)	(1.757)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.866)	(10.581)
Outras Despesas Operacionais	(2.755)	(7.134)
Resultado da Equivalência Patrimonial	29	(1.306)
Resultado do Serviço	39.148	13.580
Resultado Financeiro	1.012	974
Receitas Financeiras	1.035	1.242
Despesas Financeiras	(23)	(268)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	40.160	14.554
IRPJ e CSLL	(1.668)	(5.870)
Corrente	(6.823)	(7.279)
Diferido	5.155	1.409
Lucro/Prejuízo do Exercício	38.492	8.684

28.2.1. Receita Operacional

	30 de setembro 2013	30 de setembro 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	27.931	29.729
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	8.183	1.439
Suprimento de Energia Elétrica (a)	29.808	25.489
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	21.549	3.540
	87.471	60.197
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(6.518)	(4.912)
PIS	(1.228)	(868)
COFINS	(5.657)	(4.379)
Reserva Global de Reversão - RGR	(758)	(230)
	(14.161)	(10.389)
Receita Operacional Líquida	73.310	49.808

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	7	15	145.508	204.358	27.931	29.729
Comercial, Serviços e Outros	1	1	41.245	8.767	8.183	1.439
Suprimento de Energia	7	15	97.875	184.195	29.808	25.489
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	49.568	90.057	21.549	3.540
Total	15	31	334.196	487.377	87.471	60.197

(i) Informações não revisadas

28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.973	-	-	-	2.973
Pessoal	3.946	4.604	283	-	8.833
Administradores	-	-	-	-	-
Material	62	27	-	-	89
Custos e Serviços de Terceiros	1.299	1.011	-	-	2.310
Depreciação e Amortização	37.129	555	-	-	37.684
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	776	776
Provisões Líquidas	(21.126)	-	-	1.179	(19.947)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	178	178
Outros Custos e Despesas	4	669	-	622	1.295
	24.287	6.866	283	2.755	34.191

Descrição	30 de setembro de 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	6.730	-	-	-	6.730
Pessoal	1.641	7.591	-	-	9.232
Administradores	-	341	-	-	341
Material	123	131	-	-	254
Custos e Serviços de Terceiros	1.752	1.532	-	-	3.284
Depreciação e Amortização	5.063	-	-	-	5.063
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	831	831
Provisões Líquidas	-	787	1.757	-	2.544
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	183	183
Outros Custos e Despesas	141	199	-	6.120	6.460
	15.450	10.581	1.757	7.134	34.922

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1. Ativos e Passivos Regulatórios (informações não auditadas)

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2012	30 de setembro 2013
CVA 2012 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2012	19.906	-
CVA 2013 - Período de 08.08.2011 a 07.08.2013	144.877	7.537
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	134.605
Total da CVA	164.783	142.142

Descrição	31 de dezembro 2012	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	Consolidado
						30 de setembro 2013
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	9.051	3.254	(738)	580	(1.997)	10.150
Conta de Desenv. Energético - CDE	12.645	-	(4.268)	231	(8.608)	-
Energia Comprada p/ Revenda	132.228	620.381	(583.864)	21.926	(16.246)	174.425
Energia Comprada p/ Revenda - LP	-	64.972	(64.972)	-	-	-
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	4.766	61.988	(68.000)	1.246	-	-
Uso da Rede Básica	8.023	2.601	(9.420)	18	-	1.222
Transporte de Energia de Itaipu	501	1.195	-	36	(435)	1.297
Proinfra	10.237	11.581	-	614	(10.577)	11.855
Total no Ativo	177.451	765.973	(731.262)	24.651	(37.863)	198.950
Parcelas Classif. no Ativo Circulante	177.451	654.561	(731.262)	24.651	(37.863)	198.950
Parcelas Classif. no Ativo Não Circulante	-	64.972	(64.972)	-	-	-
PASSIVO						
Conta de Cons. de Combustível - CCC	(1.507)	-	-	(37)	1.544	-
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	(32.411)	28.960	(370)	628	(3.193)
Energia Comprada p/ Revenda	-	(19.448)	-	-	-	(19.448)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	(9.919)	(28.269)	4.835	(411)	10.419	(23.345)
Uso da Rede Básica	(165)	(12.776)	-	(179)	2.298	(10.822)
Transporte de Energia de Itaipu	(1.077)	-	-	(26)	1.103	-
Total no Passivo	(12.668)	(92.904)	33.795	(1.023)	15.992	(56.808)
Parcelas Classif. no Passivo Circulante	(12.668)	(73.456)	33.795	(1.023)	15.992	(37.360)
Parcelas Classif. no Passivo Ex. Longo Prazo	-	(19.448)	-	-	-	(19.448)
Saldo da CVA	164.783	673.069	(697.467)	23.628	(21.871)	142.142

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



b) Outros Ativos Regulatórios

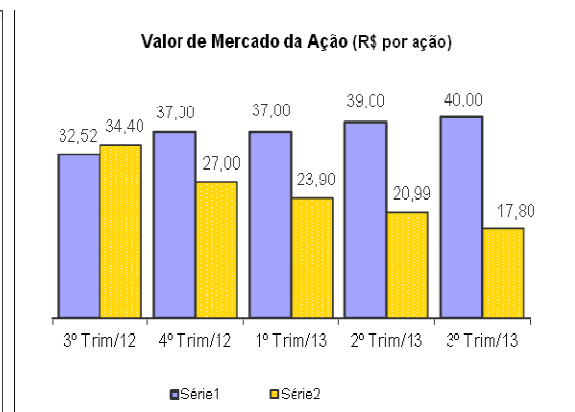
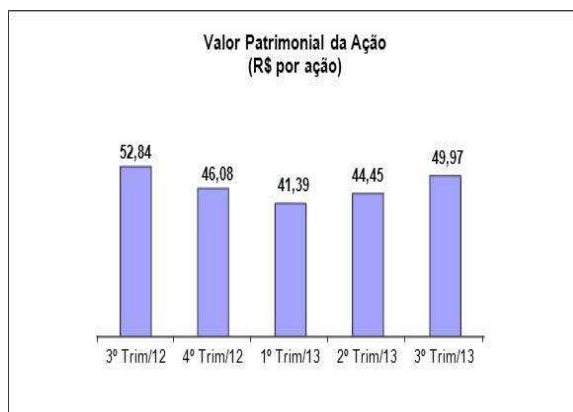
Descrição				Consolidado
	31 de dezembro 2012	Adição	Amortização	30 de setembro 2013
Ativos Reg. - Outros Itens Financ. IRT	57.152	80.103	(60.323)	76.933
Total	57.152	80.103	(60.323)	76.933
Ativo Circulante	57.152	80.103	(60.323)	76.933

c) Outros Passivos Regulatórios

Descrição				Consolidado
	31 de dezembro 2012	Adição	Amortização	30 de setembro 2013
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	(28.911)	(30.173)	33.940	(25.144)
Total	(28.911)	(30.173)	33.940	(25.144)
Passivo Circulante	(28.911)	(30.173)	33.940	(25.144)

2. Indicadores Financeiros

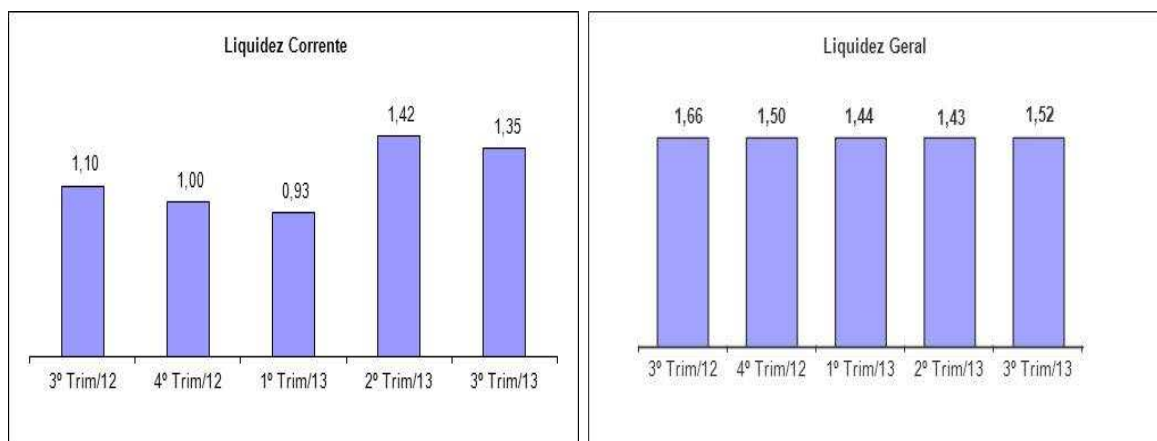
2.1. Patrimoniais



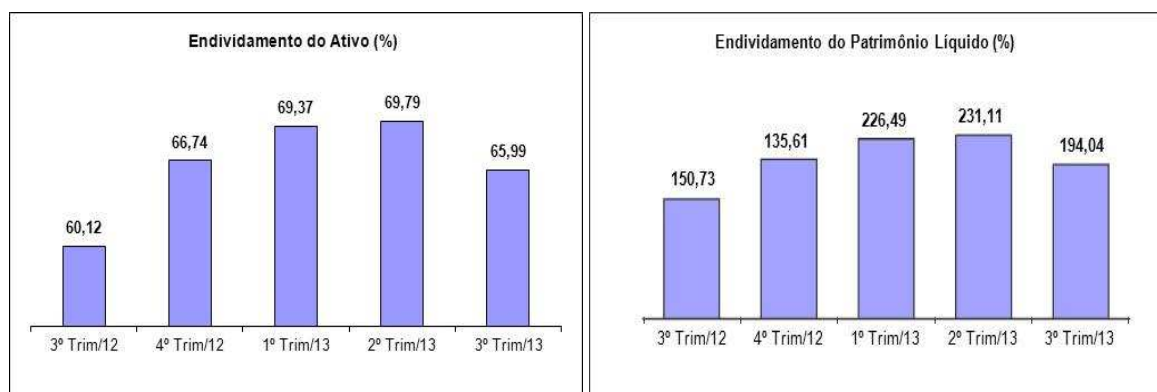
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



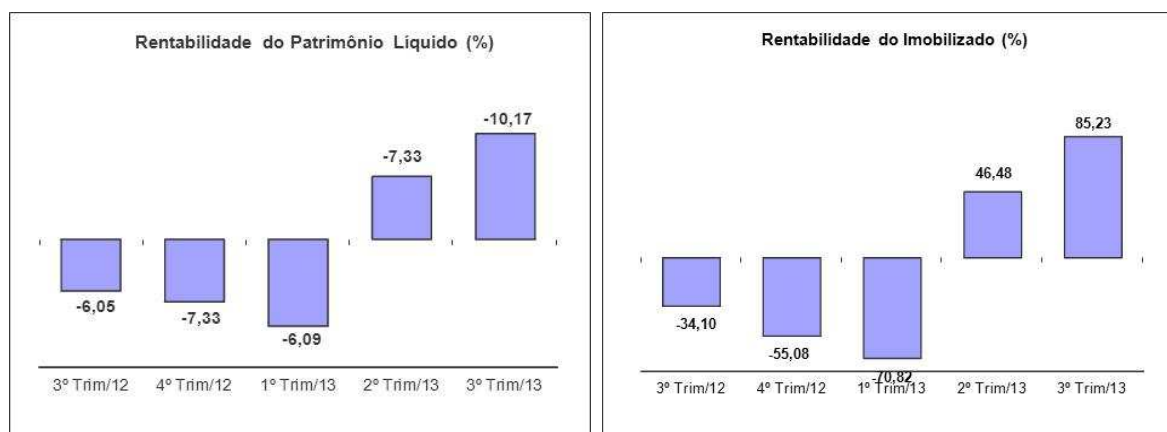
2.2. Liquidez



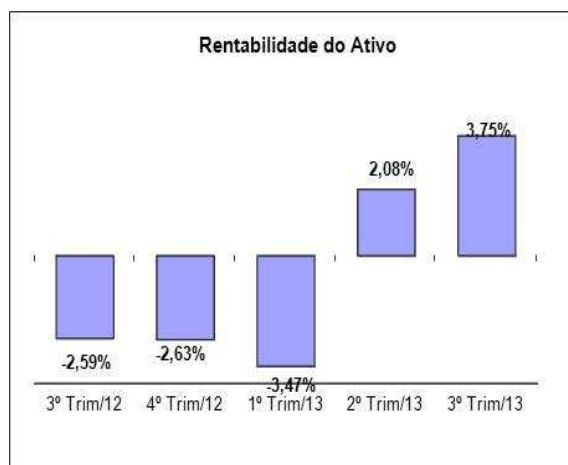
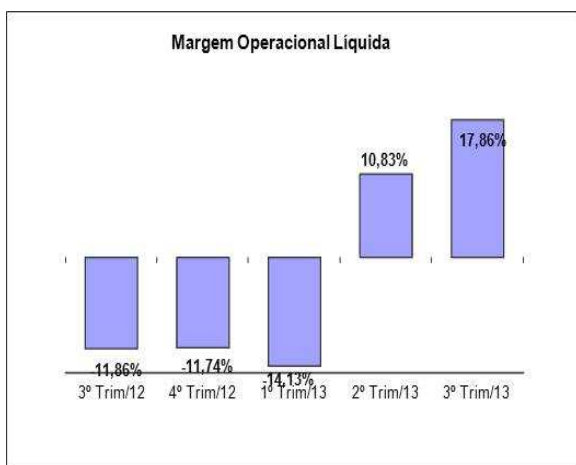
2.3. Endividamento



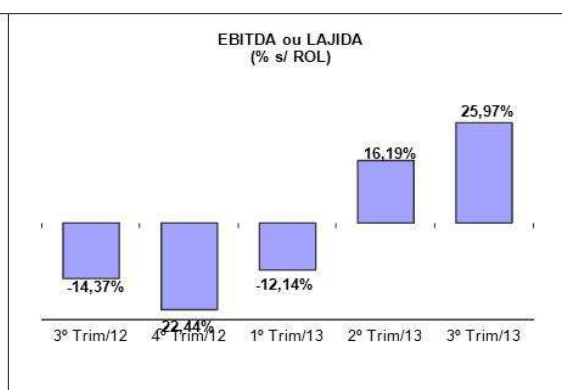
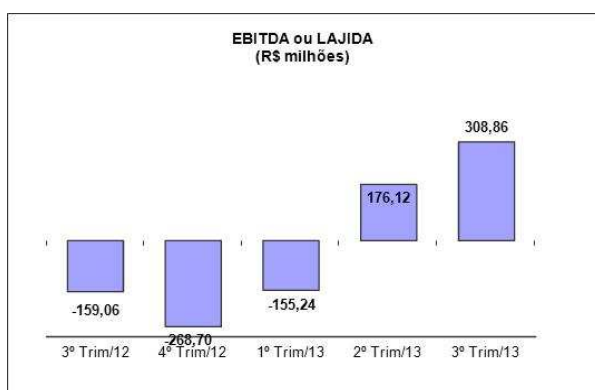
2.4. Rentabilidade



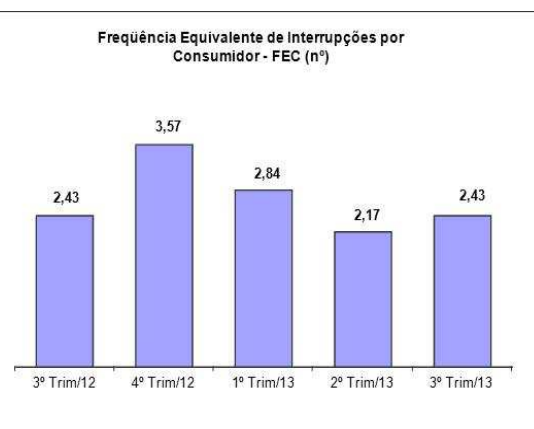
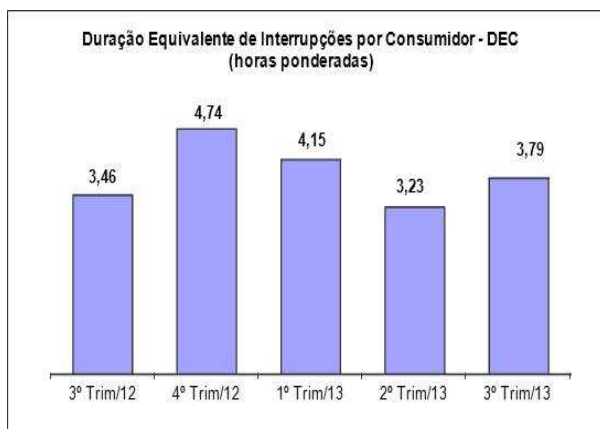
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



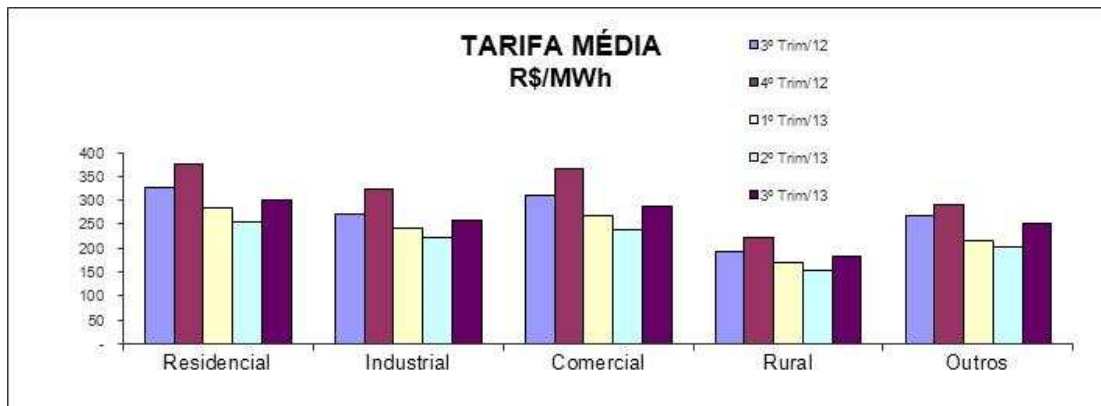
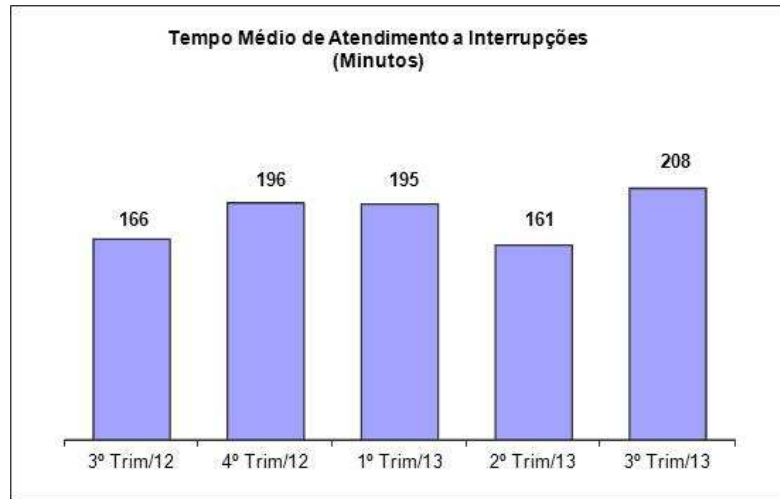
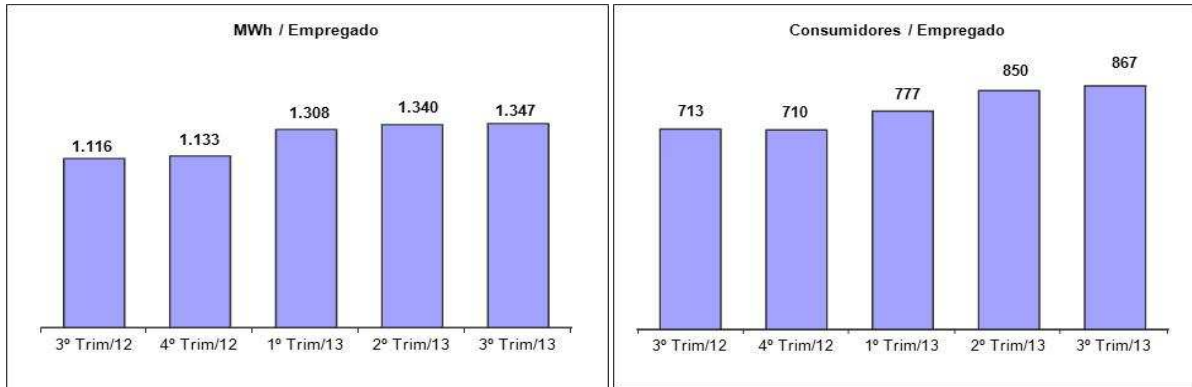
2.5. Ebitda ou Lajida



2.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, em decorrência da mudança de política contábil por conta da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, CPC 18 (R2) – Investimentos em coligada, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 07 de novembro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

e Controle Interno

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro
Diretor de Relações Institucionais e com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios (Interino)

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de novembro de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa KPMG Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

e Controle Interno

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor Econômico-Financeiro
Diretor de Relações Institucionais e com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios (Interino)

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 14 de novembro de 2013.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Formatação de texto